

Projeto Consciência Cidadã

Área Temática de Direitos Humanos

Resumo

O projeto Consciência Cidadã surgiu como necessidade de inserção na formação dos estudantes de Direito, praticas sociais que possibilitassem um aprendizado baseado na realidade da população. Atuando com 43 famílias da comunidade Jardim da Mônica, localizada no Bairro do Alto do Mateus na Cidade de João Pessoa-PB, o projeto tem como principal objetivo contribuir no processo de conscientização dos comunitários acerca dos seus direitos, colaborando assim para a construção da cidadania. Visa contribuir também na formação de profissionais cidadãos, propondo novas estratégias para o ensino jurídico, a partir de uma pratica social. Reconhecer e capacitar lideranças comunitárias e construir estratégias de efetivação de políticas públicas, de acordo com a demanda da população, também são objetivos do trabalho. Para concretização das ações junto à comunidade, desenvolve-se um processo teórico – metodológico baseado na educação popular. Assim, o ponto de partida das práticas extensionistas é a realidade da população. São realizadas reuniões quinzenais com os comunitários na sede da Associação Comunitária, possibilitando um dialogo entre o saber popular e o acadêmico. Semanalmente são avaliados pelos extensionistas os problemas levantados na comunidade. A participação dos comunitários nas reuniões vem aumentando quantitativa e qualitativamente, tanto na solução dos problemas, quanto nos temas jurídicos discutidos.

Autoras

Auri Donato da Costa Cunha – Orientadora
Janaina Sitônio Rumão - Extensionista

Instituição

Centro Universitário de João Pessoa - UNIPÊ

Palavras-chave: extensão; cidadania; consciência

Introdução e objetivo

As Instituições de Ensino Superior possuem como base da formação profissional a relação, que deve ser indissociável, entre o ensino, a pesquisa e a extensão. A pesquisa é o instrumento de investigação, o olhar para uma realidade na tentativa de se criar um novo conhecimento. O ensino funciona como um momento de reflexão sobre o conhecimento formado. E a extensão faz a articulação entre o ensino e a pesquisa, na medida em que possibilita estar em contato direto com a realidade, considerando toda sua complexidade, e fornece subsídios para a sistematização dos saberes.

Para que a relação entre esses três componentes acadêmicos seja, de fato, efetiva, faz-se necessário que o foco principal da formação seja a sociedade, isto é, o fator de exposição dos estudantes deverá ser as necessidades da população, e não apenas o saber contido nos livros ou transmitidos pelos professores.

Nesse contexto, a intenção é reafirmar, e até esclarecer, o principal papel da Universidade, sua missão social. É com essa missão social que as instituições de ensino se empenham em formar, além dos profissionais tecnicamente refinados, cidadãos comprometidos em empreender ações de desenvolvimento social. Do ponto de vista

institucional, o componente acadêmico que mais se aproxima do processo implementador da missão social universitária, e que mais aproxima a instituição, de uma maneira geral, da sociedade é a extensão.

O Projeto Consciência Cidadã, como atividade de extensão universitária, tem a preocupação de desenvolver, junto à comunidade do Jardim da Mônica, uma favela do bairro do Alto do Mateus em João Pessoa/PB, a articulação entre o saber científico, dos estudantes universitários, e o popular, da comunidade. A construção coletiva de um novo conhecimento resultará no aprendizado mútuo, respeitando sempre a cultura e valorizando o saber de todos os atores envolvidos.

A formação de uma consciência cidadã é o ponto principal que se pretende atingir no decorrer do Projeto, a partir da qual as pessoas poderão buscar a implementação e efetivação dos seus direitos, numa perspectiva de transformação da realidade social.

A realização do Projeto Consciência Cidadã possibilitará aos estudantes do curso de Direito trabalhar o conhecimento adquirido em sala de aula, confrontando-o com a realidade da população. Isso acarretará em um aprendizado baseado na construção coletiva da cidadania, ampliando o olhar acerca dos problemas sociais, no sentido de desenvolver maneiras de solucioná-los.

O contato dos estudantes com aspectos práticos e reais da sociedade servirá de estímulo ao desenvolvimento de novas ações de ensino jurídico, promovendo a dinamização do conhecimento dentro do curso e proporcionando uma formação muito mais coerente com a realidade. Ao se trabalhar considerando as necessidades da população e instituindo ações de promoção social e de cidadania, a universidade rompe as barreiras existentes entre ela e a sociedade, fazendo valer seu papel social.

Com a consolidação de um compromisso da instituição com as comunidades, por intermédio do Projeto, estar-se-á contribuindo com o crescimento cognitivo, e também subjetivo, dos indivíduos envolvidos, cujas experiências compartilhadas servirão de base para a implantação de iniciativas semelhantes em outras regiões.

A conscientização da população acerca dos seus direitos facilita os processos de organização social, na medida em que as pessoas se tornam co-participantes no processo de implementação das políticas públicas promovidas pelo Estado.

O trabalho em comunidades possibilita aos moradores explicitarem seus problemas, garantindo a troca de experiências e buscando formas coletivas de superação. Dessa forma, a população torna-se mais unida no compartilhamento de estratégias de ação em busca de uma melhor qualidade de vida.

Dentro desta perspectiva de se trabalhar o Direito a partir de uma realidade encontrada na comunidade, contribuimos com a construção de um direito que realmente possa satisfazer as demandas sociais.

Objetivos - Atuar no processo de conscientização das pessoas acerca dos seus direitos, contribuindo para a construção da cidadania, bem como para a formação de novos conhecimentos direcionados às perspectivas de transformação social.

Objetivos específicos:

- Estabelecer a integração entre universidade e sociedade, mediante o compromisso institucional com a transformação social em direção à justiça, à solidariedade e à democracia;
- Possibilitar que os estudantes do curso de Direito coloquem em prática os conhecimentos adquiridos em sala de aula, a partir de uma relação de diálogo com a comunidade;
- Contribuir na formação de um profissional cidadão, com uma efetiva interação com a sociedade;
- Propor novas estratégias de ensino jurídico, a partir de uma prática social;
- Desenvolver linhas de pesquisa na área dos Direitos Humanos;

- Fornecer subsídios jurídicos às comunidades, para que possam reivindicar seus direitos como cidadãos e intervir na realidade em que vivem;
- Reconhecer e capacitar as lideranças comunitárias no que diz respeito à organização social;
- Construir estratégias de efetivação de políticas sociais junto à comunidade;
- Buscar formas de potencializar as ações políticas da comunidade, tanto internamente quanto junto aos órgãos governamentais responsáveis pela implementação das políticas públicas.

Metodologia

Para a concretização do trabalho na comunidade, procura-se utilizar como eixo teórico-metodológico a Educação Popular, método organizado por Paulo Freire pela sistematização dos saberes científico e popular a partir do diálogo entre os sujeitos. Além disso, a Educação Popular possibilita a explicitação das problemáticas sociais, identificando a divisão de classes e contribuindo com a tomada de consciência quanto aos direitos.

“Educação popular é uma prática social, na qual indivíduos ou equipes técnicas e comunidade participam como sujeitos de um processo educativo e de cunho libertador. Processo esse que envolve o entendimento e a assimilação da realidade individual e coletiva e a participação para a ação, através da reflexão conjunta sobre as condições de vida e as ações programadas”. (NETO,1999, pg. 37)

Esse método tem como objeto e instrumento o saber, não apenas intelectual, mas considerando o sentir, o pensar e o agir das pessoas, incluindo, portanto, a dimensão intelectual, afetiva e a dimensão prática, apresentando-se, dessa forma, como a cultura. No momento em que não se levam em consideração tais dimensões da vida do indivíduo, desqualifica-se e empobrece-se o seu saber, o que, conseqüentemente compromete a eficácia da prática social.

Nesse caso, perpetua-se a idéia de que é provável que dentro da concepção de que os saberes dos profissionais e da população são iguais, esteja implícita a idéia de que o saber popular mimetiza o dos profissionais. Se a referência para o saber é o profissional, tal postura dificulta a chegada ao saber do outro. Os saberes da população são elaborados sobre a experiência concreta, a partir das suas vivências, que são vividas de uma forma distinta daquela vivida pelo profissional. Nós oferecemos o nosso saber, porque pensamos que o da população é insuficiente, e por esta razão, inferior, quando, na realidade, é apenas diferente (VALLA, 2000).

É respeitando essa diferença entre os saberes e também entre as culturas, que, desenvolve-se uma prática extensionista coerente, enfatizando o conceito de extensão como processo científico, educativo e cultural de mão-dupla. Para que seja feito um bom trabalho junto à comunidade, é preciso que, além de se estabelecer o diálogo, respeite-se o saber e a cultura dos moradores.

“Quanto mais conscientizados nos tornamos, mais capacitados estamos para ser anunciadores e denunciadores, graças ao compromisso de transformação que assumimos”. (Freire, conscientização)

Dentro da perspectiva de se utilizar a educação popular para a construção de uma consciência cidadã, serão utilizados conhecimentos de direito constitucional, direito civil, direito penal, direito do trabalho, associando-os aos saberes da comunidade, com o intuito de mobilizar, organizar e construir estratégias para solucionar os problemas locais, individuais e coletivos.

Esses conhecimentos, entretanto, não serão transmitidos aos moradores da comunidade, mas apresentados como uma alternativa para auxiliá-los a construírem seu próprio conhecimento, o que se caracteriza como um modelo construtivista. Utilizando o

construtivismo, percebemos que as pessoas adquirem visão crítica para interpretar o mundo em que vivem, pois passam a agir, operar, criar e construir a partir da realidade vivenciada.

Nesse contexto, o ponto de partida das ações do projeto será a realidade da comunidade, o que garante uma intensa flexibilidade na implementação das estratégias metodológicas. A partir desse processo participativo, os moradores poderão determinar e enfatizar os principais problemas a serem trabalhados no decorrer do projeto, cabendo à universidade a sistematização dos conhecimentos produzidos sob um ponto de vista mais teórico.

Estratégias de Ação:

- Capacitação dos estudantes:
- Reuniões semanais para a discussão de textos e assuntos relevantes ao trabalho na comunidade;
- Realização de dinâmicas de grupo para promover uma maior interação entre os membros da equipe;
- Seminários para aprofundamento das discussões;
- Oficinas de planejamento, capacitação e avaliação das atividades.

Trabalho de campo:

- Primeira etapa: conhecer a Associação de moradores e a comunidade;
- Segunda etapa: visitas domiciliares, em duplas de estudantes, em todas as casas da comunidade. Apresentação do projeto e buscando informações sobre a realidade local;
- Etapas subseqüentes: reuniões quinzenais com a comunidade, na Associação de Moradores da Comunidade. Apresentação do projeto e realização de dinâmicas de grupo.
- Levantamento dos principais problemas locais, a partir dos relatos da população. --- Discutir com a comunidade as maneiras de superação dos problemas identificados;
- Registrar as atividades em caderno de campo, podendo-se utilizar material de documentação visual (fotografia e filmagem).
- Avaliação das ações:
- Verificar se o planejamento das atividades está sendo seguido;
- Avaliar a participação dos estudantes, quanto à assiduidade e compromisso com o trabalho;
- Relatórios bimestrais das experiências vivenciadas;
- Reuniões com a comunidade para avaliar a repercussão das ações do projeto.

Resultados e discussão

O primeiro contato foi para conhecer a comunidade, seus moradores, sua realidade, seus problemas, sua história. Para isso realizamos visitas domiciliares conversando com os moradores, apresentando o projeto e descobrindo um pouco sobre a vida de cada um. Conhecemos, através da presidente, a Associação Comunitária e a história da origem e das lutas da comunidade.

A comunidade Jardim da Mônica está localizada no bairro do Alto do Mateus que fica aproximadamente a 7 Km do centro da cidade de João Pessoa, capital da Paraíba. A sua origem se deu através da invasão da área no ano de 1987, com o apoio da Igreja, por um grupo de pessoas que não tinham onde morar. Tal área era destinada para a construção de um equipamento comunitário e pertence à prefeitura de João Pessoa. Hoje a comunidade possui 43 famílias.

A atuação do projeto desenvolve-se a partir dos problemas que são expostos pelos moradores da comunidade. O tema das discussões é determinado em cada visita sempre de forma coletiva, o que faz com que os comunitários tenham uma interação maior nas reuniões,

conseguindo compreender e visualizar os direitos que são discutidos, no seu cotidiano, na sua realidade.

Já foram feitas discussões sobre cidadania, políticas públicas, orçamento participativo, conselhos gestores, direito do consumidor, direito do trabalho, direito civil, direito previdenciário, entre outros.

Quando discutimos cidadania, houve uma interação muito grande entre os participantes, pois cada um tinha uma concepção própria. Embora alguns enfatizassem apenas os deveres - já que os direitos na maioria das vezes a eles são negados - podemos perceber, que, para eles, a cidadania é um instrumento de inclusão social, que o “ser cidadão” corresponde a um sentimento de fazer parte da sociedade, e não à margem desta.

Ao debatermos políticas públicas, orçamento participativo e conselhos gestores, a questão político-partidária foi muito enfatizada, cada um com sua opinião sobre os políticos, sobre as eleições, sempre de forma negativa. É como se eles conseguissem compreender a função dos políticos, mas não se sentissem com o direito de reivindicar que os mesmos cumpram com o seu dever, sempre os vendo como “doutores”. Sabemos que essa forma de ver os políticos não é apenas uma questão de classe social, mas também de uma cultura do “favoritismo” que está enraizada no povo brasileiro desde a sua formação, passando a ver os políticos como os donos do poder. Ainda dentro deste debate coube a nós discutir com eles a importância da participação popular no orçamento participativo, mostrando as reais necessidades da comunidade para que o dinheiro público possa ser usado corretamente, e nos conselhos gestores, fiscalizando a implementação das políticas públicas.

Como forma de inserção do projeto em outros momentos da comunidade, e não apenas nas reuniões que desenvolvemos, participamos como convidados da I Semana da Cidadania, um evento organizado pelo projeto Viva Alto, que é formado por moradores do próprio bairro e desenvolve estratégias de ação quanto a segurança deste. A nossa participação foi através de oficinas, ministramos uma sobre Direito do consumidor e outra sobre Direito do Trabalho, as quais tentamos fazer de forma bem dinâmica, distribuindo material educativo, desenvolvendo uma peça teatral mostrando como acontece todo o procedimento pelo PROCON municipal, desde o atendimento, com o recebimento da reclamação até a resolução do problema, bem como levamos o PROCON até o bairro, através de estagiários deste que abriam uma reclamação de quem tivesse algum problema na relação de consumo. Na oficina sobre Direito do Trabalho realizamos uma dinâmica de grupo para maior interação entre os participantes e discutimos os direitos básicos do trabalhador.

Como o projeto trabalha numa perspectiva de transformação social a partir da mobilização da comunidade consciente dos seus direitos e deveres, desenvolvendo ações políticas que possam, de alguma forma, solucionar os problemas que ali se encontram, discutimos não só temas relacionados ao direito, mas também formas de superação destes problemas. Para isso, buscamos constantemente conhecer melhor a comunidade, discutindo formas de maior interação projeto-comunidade, comunidade-universidade, fazendo com que não só o projeto vá a comunidade, mas que esta possa também vir à universidade e participar das reuniões do projeto, colocando sempre seu ponto de vista e contribuindo nas nossas ações.

Os problemas inicialmente diagnosticados pela comunidade foram à legitimação de posse dos terrenos, saneamento básico, pavimentação, segurança, transporte e coleta de lixo. Então, como o objetivo do projeto não é resolver por eles esses problemas, mas potencializar suas ações políticas para que eles próprios consigam buscar formas e/ou solucionar os mesmos, trabalhamos no sentido de dar um apoio no que concerne às questões jurídicas. O problema da legitimação de posse dos terrenos é o que foi explicitado como principal preocupação entre os moradores, mas com a intervenção conjunta entre extensionistas e comunitários conseguimos dar encaminhamento junto ao órgão competente, a Prefeitura da cidade.

Muitos problemas individuais também são levantados, vivências rotineiras de um povo que, na maioria das vezes, é excluído de direitos básicos, sendo até enganado por quem acha saber mais. Nesses casos, tentamos enriquecer o diálogo confrontando os relatos práticos com o conhecimento jurídico, sempre numa perspectiva participativa, através da qual a comunidade não apenas exponha os problemas, mas construa formas de superação. Indicamos, dessa forma, os caminhos difíceis, em grande parte extremamente burocráticos, para que, em ações de luta coletiva, a comunidade possa intervir junto aos órgãos e autoridades competentes.

Semanalmente a equipe do projeto se reúne, analisa e avalia os trabalhos desenvolvidos e planeja os que serão realizados, discute textos e busca formas de enriquecer a atuação junto à comunidade. Muito ainda espera ser trabalhado, como a realização de seminários, oficinas, sempre enriquecidos com dinâmicas de grupo que integrem e promovam um olhar mais crítico e comprometido com a realidade que está sendo vivenciada.

Conclusões

Diante do contexto que vem se desenvolvendo o trabalho, as considerações levantadas não deverão ser interpretadas como conclusivas já que a nossa atuação na comunidade está em andamento e temos ainda muita atividade a desenvolver no sentido de enriquecer todo o processo de conscientização acerca dos direitos.

A integração conquistada entre a universidade e a sociedade através da atuação do projeto vem sendo de extrema importância tanto para a instituição que está cumprindo a sua missão social como para os extensionistas que estão tendo a oportunidade de confrontar conhecimentos – científico e popular – e entram em contato com uma realidade que o faz refletir sua postura pessoal e profissional diante da sociedade.

A necessidade sentida pelos extensionistas de desenvolver práticas que possam fazer com que a comunidade não apenas adquira a consciência acerca dos direitos, mas também se articule no sentido de desenvolver ações políticas que possa trabalhar toda a estrutura da comunidade mostra que a preocupação não se limita a passar os conhecimentos adquiridos em sala de aula, mas de se trabalhar sempre numa perspectiva de transformação social e não de conservação, o que acontece, na maioria das vezes em algumas práticas sociais assistencialistas.

Dentre várias questões que vivenciamos, algumas não conseguimos compreender, embora sejam problematizadas, analisadas e refletidas por todo o grupo, sempre fica algo obscuro que é preciso um estudo mais aprofundado, e daí surge a necessidade da pesquisa científica, para direcionar algumas práticas extensionistas. Com isso, comprovamos a indissociabilidade na formação acadêmica do ensino, da pesquisa e da extensão, sem a qual é formado um profissional apenas tecnicista.

Embora saibamos que esse trabalho de conscientização é algo lento, a participação do projeto na comunidade já conseguiu fazer com que esta desenvolvesse algumas ações, que a tornou mais independente com relação a alguns grupos religiosos. A luta da associação comunitária por um espaço onde os moradores pudessem ter autonomia de desenvolver alguns trabalhos que também beneficiasse a comunidade foi a mais recente conquista.

Um dos aspectos mais importante de todo o nosso trabalho foi conseguir fazer com que a comunidade pudesse participar das ações do projeto na universidade. Pudemos, com isso, quebrar as barreiras não só da universidade – comunidade como da comunidade – universidade, que através de toda essa política excludente em vários aspectos que vivenciamos em nosso país, não se sente capaz de participar de qualquer ação realizada na universidade. Mas, utilizando a educação popular e conseguindo enxergar toda a importância do saber popular, fomos capazes de, através de uma relação de diálogo, mostrar o quanto o saber adquirido por eles é importante na construção de um novo saber que surgirá através do

confronto entre nossos saberes, científico e popular, o qual será utilizado durante toda a atuação do projeto.

Referências bibliográficas

BOFF, CLODOVIS. Como Trabalhar com o Povo; Metodologia do Trabalho Popular. 7ª ed. Petrópolis: VOZES. 1986, 119p.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Plano Nacional de Extensão Universitária. Rio de Janeiro: NAPE, UERJ, v.1, 2001, 84p.

FREIRE, PAULO. Conscientização; teoria e prática da libertação; uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3ª edição. São Paulo: MORAES, 1980, 102p.

FREIRE, PAULO. Extensão ou Comunicação? 10ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, 93p.

FREIRE, PAULO. Pedagogia do Oprimido. 6ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, 218p.

MELO NETO, JOSÉ FRANCISCO. Extensão Universitária; uma análise crítica. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2001, 240p.

SASSI, ANDRÉ PETRAGLIA, et al, Um Novo Começo. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003, 94p.

SCOCUGLIA, AFONSO CELSO & MELO NETO, JOSÉ FRANCISCO DE (orgs.). Educação Popular: outros caminhos. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1999, 184p.

SILVA, MARIA DAS GRAÇAS MARTINS. Extensão; A Face Social da Universidade? Campo Grande: Editora UFMS, 2000, 234p.

VALLA, VICTOR VINCENT. Procurando compreender a fala das classes populares. In: Valla, Victor Vincent (org.). Saúde e Educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2000, p. 11-32.